

Somanlu
Revista de Estudos Amazônicos
ano 7, n. 2, jul./dez. 2007

REITOR

Hidembegue Ordozgoith da Frota

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Altigran Soares da Silva

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE
E CULTURA NA AMAZÔNIA

Prof.^a Dr.^a Iraildes Caldas Torres

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Souza e Mello

Elias Brasilino de Sousa (Representante discente)

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida (Ufam-CNPq)

Anamaria Fadul (USP)

Boaventura de Souza Santos (Univ. Coimbra)

Claude Imbert (École Normale Supérieure de Paris)

Edgard de Assis Carvalho (PUC-SP)

Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)

Flávio dos Santos Gomes (UFRJ)

José Damião Rodrigues (Univ. Açores)

José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Julio Cezar Melatti (UnB)

Keila Grimberg (UFF)

Márcio Ferreira da Silva (USP)

Márcio Souza (escritor)

Milton Hatoum (escritor)

Neide Esterci (UFRJ)

Octavio Ianni (*in memoriam*)

Renato Athias (UFPE)

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Narciso Júlio Freire Lobo

Prof.^a Dr.^a Selda Vale da Costa

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

DIRETOR DA EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAZONAS

Prof. Dr. Renan Freitas Pinto

COORDENADORA DE REVISTAS

Prof.^a Dayse Enne Botelho

ATUALIZAÇÃO DA CAPA (DETALHE/IMAGEM
CEDIDA POR ÁLVARO ??????)

Emerson Silva

PROJETO GRÁFICO (MIOLO)

Verônica Gomes

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Raisa Pierre

SUPERVISÃO EDITORIAL

Elione Angelin Benjé

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE ABSTRACTS

Prof. Dr. Paulo Renan Gomes da Silva

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são
de exclusiva responsabilidade dos autores

Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura
na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1, n. 1 (2000 -). – Manaus: Edua,
2000 - v.: il.; 17 x 24 cm.

Semestral

Até 2002 publicação anual e vinculada ao PPG Natureza e Cultura na Amazônia.

Interrompida em 2001.

ISSN 1518-4765

1. Cultura Amazônica 2. Amazônia – Sociologia 3. Amazônia – Antropologia I. Programa de
Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

CDU 316.722(811)

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Rua Coronel Sérgio Pessoa, 147

Praça dos Remédios, Centro

CEP 6900-5030 Manaus – Amazonas – Brasil

Telefax: (0xx) 92 3231-1139

E-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

Universidade Federal do Amazonas

Instituto de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA

Av. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 3000/Campus Universitário – ICHL

CEP 69077-000 Manaus – Amazonas – Brasil

Fone/Fax: 055 92 3647-4381/4380

www.ufam.edu.br / www.ppgsca.ufam.edu.br

E-mail: ppgsca@ufam.edu.br

Significados do meio ambiente em uma comunidade rural amazônica



Renan Albuquerque Rodrigues*

Maria de Fátima Fernandes Martins Catão**

Resumo

Foram exploradas e descritas representações sociais do meio ambiente por ruralistas integrantes e não-integrantes de grupos de pesquisa ambiental, residentes na zona rural de Manaus (AM). A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, ancorada pela Teoria das Representações Sociais, com aportes de observação participante e análise de conteúdo. O resultado dos agrupamentos léxico-semânticos indicou que não existem diferenças significativas de concepção de meio ambiente entre os grupos, sugerindo a existência de uma não-correlação entre o saber e o fazer ecológico na Amazônia.

Palavras-chave: representações sociais, comunidades rurais, meio ambiente, Amazônia.

Abstract

It is the purpose of this study to evaluate the social representations of the environment by the rural workers, members and non-members of environment research groups, stationed in the rural zone of Manaus, State of Amazonas. A quali-quantitative methodology grounded on the Social Representation Theory and data from a participating observation and content analyses were used. The results from the lexical-semantic groupings have shown that there are no significant environmental correlations between the groups, suggesting the existence of a non-correlation between the ecologic lore and the action in the Amazon region. .

Keywords: social representations, rural communities, the environment, the Amazon region.

* Graduado em Comunicação Social e especialista em Psicologia Social pelo CUNL, Manaus/AM. Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail:renanalbuquerque@hotmail.com

** Professora do Departamento de Psicologia da UFPB. Mestre em Serviço Social (UFPB) e Doutora em Psicologia Clínica (USP). E-mail: fathimacatao@uol.com.br.

Introdução

Atualmente, para se refletir sobre temáticas relacionadas à injustiça, pobreza, miséria ou falta de emprego, as quais concorrem para a exclusão social das populações dia após dia, é imprescindível correlacionar tais temáticas com a questão ambiental (SOCZKA, 1993; CASTELLO, 2005). Tanto porque, de acordo com Reigota (1994), o homem vive na contemporaneidade profundas dicotomias, pois é considerado como um elemento da natureza, apesar de sua vida se passar como se ele fosse um ser à margem do todo o espaço natural, somente a observar ou explorar inescrupulosamente o meio ambiente.

Essa observação ou exploração inescrupulosa já resultou em conseqüências sociais drásticas (DIEGUES, 1998), sendo o aquecimento global a mais comentada atualmente. De tal feita que cada vez mais estudos de psicologia social têm sido importantes para avaliar a problemática pessoa-ambiente e suas implicações para o futuro da humanidade (ARAGONÉS & AMÉRIGO, 1991).

Em grande parte das discussões em psicologia social se tende a entender as relações pessoa-ambiente de forma interativa, sugerindo que a troca de experiências das populações com o meio, com suas angulações circunstanciais, sejam positivas ou negativas, auxiliam na propensão para o surgimento de pensamentos coletivos, identificados como representações sociais (JODELET, 1985) e moldados continuamente, à medida que há maiores e mais extensas trocas de experiência entre pessoa e ambiente (CASTRO, 2003). Além disso, existem estudos (RODRIGUES, 2006; CATÃO, 2001; REIGOTA, 2001) os quais apontam que processos de exclusão/inclusão social e suas vertentes simbólica e de cidadania também podem ser correlacionados com a interação pessoa-ambiente, ajudando a entender os processos coletivos de envolvimento social.

Cabe enfatizar que representações sociais são como modelos de pensamentos oriundos de situações de troca ou embate entre pessoas, que abarcam sistemas de conduta, imaginário popular, crenças societais e atitudes cotidianas (DOISE, 1990; ABRIC, 1994). No espaço amazônico, as Representações Sociais (RS) não se situam como reflexos simplificados de uma realidade dada ao indivíduo e construída em meio à sua ordem coletiva de determinações. Mas sim, por outro lado, integram complexos contextos sociocognitivos e sociohistóricos, remetendo as populações a

formarem suas idéias de modo conjuntural e não situacional (NEVES, 2002), em atividades propensas a interações pessoa-ambiente.

Sobre a questão da exclusão/inclusão social, tanto a exclusão quando a inclusão dependem das inter-relações e do desenvolvimento social, além do grau de comprometimento dos coletivos — sejam ruralistas ou urbanos, vivam ou não em áreas ambientais ou florestais — com o presente e o futuro político, econômico, cultural e histórico no qual estão inseridos.

De forma que, no tocante à interação social, é importante enfatizar que as populações residentes em meio à realidade ambiental — e que dela fazem uso de alguma maneira — tendem a moldar suas representações sociais a partir do ambiente que as circunda, sobretudo porque tais trocas interativas são sedimentadas e transformadas pelas relações psico-sócio-históricas das próprias populações frente à natureza existente ao redor (JODELET, 1985; CATÃO, 2001). Da mesma forma acontece com a exclusão/inclusão simbólica e a cidadania ambiental. Ambas são vertentes conceituais que ajudam a compreender as relações entre pessoa-ambiente moldadas por RS, contribuindo para a assimilação do “como” e “por quê” das populações serem influenciadas pelo ambiente que as cerca.

Foi objetivo do trabalho identificar e analisar significados do meio ambiente por comunitários das regiões ribeirinhas, na Amazônia, a partir da relação interativa pessoa-ambiente, bem como propiciar reflexões sobre o trato com a natureza amazônica e sugerir aplicações de políticas públicas mais eficazes de salvaguarda do meio ambiente.

Método

Local da pesquisa

Duas comunidades rurais ribeirinhas de Manaus, no Amazonas, foram escolhidas para exploração de campo e aplicação de questionário: Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Livramento. Elas estão situadas às margens do Igarapé Tarumã-Mirim, costa esquerda da bacia do Rio Negro e distam da capital amazonense 7,5 km e 7,9km, respectivamente.

Para chegar às comunidades, o tempo estimado é de 25 minutos, atravessando o rio Negro por meio de canoa motorizada, a partir da margem norte. Pela via rodoviária, são gastas cerca de duas horas, via estrada BR-174.

Participantes

O universo da pesquisa consistiu em dois grupos de características similares.

No primeiro, foram entrevistadas todas as pessoas que, de março de 2005 a março de 2007, estiveram envolvidas com o projeto ambiental “Água e Cidadania”, trabalhando como facilitadores da atividade de conscientização ambiental nas comunidades de N. S. de Fátima e N. S. de Livramento. No total, 17 pessoas participaram da pesquisa (10 em Fátima e 7 em Livramento) por terem atuado no projeto.

No segundo grupo, foram entrevistadas pessoas as quais, no igual período de 2005 a 2007, não mantiveram envolvimento com qualquer projeto ambiental nas comunidades. Para facilitar a comparação entre os conjuntos, foram entrevistados também 17 comunitários (10 em Fátima e 7 em Livramento).

A idade média do total de respondentes foi de 35 anos (41,8 anos em Fátima e 30,7 anos em Livramento). Quanto à religião praticada, 36% dos entrevistados são evangélicos, 41% são católicos e 33% praticam outras religiões, sendo 12% viúvos ou divorciados, 47% solteiros e 41% casados. Acerca do nível de escolaridade, 41,5% estudam ou já concluíram o Ensino Fundamental, 23,5% estudam ou já concluíram o Ensino Médio e 35% estudam ou já concluíram o Ensino Básico. No que tange à ocupação diária, 32,4% são agricultores profissionais, 24,3% são lavradores autônomos; os demais, 64,8%, trabalham em serviços gerais e/ou marítimos, além de 10% serem estudantes.

Instrumentos

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de campo, via exploração de aspectos qualitativos e quantitativos dos discursos dos participantes, fundamentada na Teoria das Representações Sociais.

Foi realizado estudo transversal, descritivo, apoiado na linha técnica de pesquisas do tipo levantamento de crenças e atitudes. Foram usadas técnicas de observação naturalista participante e exploração de ambiente, com composição de diário de campo para contextualizar as regiões do estudo, a partir de suposição da TRS.

No que concerne ao viés quantitativo, foram descritos dados biodemográficos dos participantes para caracterizar a população.

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada durante o primeiro semestre do ano de 2006, por meio da seguinte abordagem: (1) o pesquisador se apresentava e explicava à pessoa o objetivo da pesquisa; (2) havia uma conversação sobre assuntos próprios da região (*rapport*) e os significados do meio ambiente.

Concomitante às entrevistas, constituiu-se diário de campo e foram efetuadas observações participantes.

Procedimentos de análise de dados

O plano de análise aplicado foi desenvolvido de acordo com a seguinte organização: a) constituição do corpus e leitura flutuante; b) efetuação da análise; c) categorização dos dados; e d) leitura em profundidade dos dados analisados.

A primeira etapa foi a descrição, caracterizada pela enumeração das características do texto resumidas após tratamento. A última etapa foi a interpretação, em que foram concedidos significados às características. Como procedimento intermediário, situou-se a inferência, que permitiu a passagem explícita e controlada da descrição à interpretação. Buscou-se com isso explicitar o que os conteúdos puderam apontar após serem tratados.

A meta foi deduzir, de maneira lógica e inferencial, conhecimentos sobre o emissor da mensagem, pois de acordo com Vala (1986) a passagem da descrição à interpretação se dá através da inferência. É ela que concretiza sentidos às características do material coletado, segundo o pesquisador. Sobre a última fase do trabalho, esta pôde ser feita de três formas. Na análise de ocorrências, objetivou-se determinar o interesse da fonte por diversos objetos ou conteúdos, tendo como hipótese implícita a de que quanto maior fosse o interesse, maior seria a frequência de ocorrência dos indicadores desse objeto no discurso. Na análise avaliativa, estudaram-se as atitudes da fonte em relação aos objetos. A análise estrutural objetivou inferências sobre a organização do sistema de pensamento da fonte, implicado no discurso em estudo.

Resultados e discussão

As análises realizadas apontaram para um conjunto de classes relacionadas entre si, das quais emerge a construção do significado do meio ambiente. No grupo de ruralistas integrantes de projetos ambientais foram apreendidas cinco categorias.

As categorias evocadas foram: Concepção do meio ambiente, Utilização do meio ambiente, Satisfação/Insatisfação com o meio ambiente, Convivência com o meio ambiente e Segurança a partir do meio ambiente,

No grupo de ruralistas não integrantes de projetos ambientais foram apreendidas cinco categorias: Concepção do meio ambiente, Utilização do meio ambiente, Satisfação/Insatisfação com o meio ambiente, Convivência com o meio ambiente e Segurança a partir do meio ambiente, conforme visualização da tabela a seguir.

Ela sinaliza a diferença entre as concepções de meio ambiente por ruralistas da zona rural de Manaus que já participaram de projetos ambientais e aqueles que nunca participaram desse tipo de ação. Cabe notar que os percentuais se referem a Unidades de Contexto Elementar, retiradas das projeções léxico-semânticas dos entrevistados, e não correspondem, necessariamente, às expressões manifestas dos participantes quanto ao tema. O latente, nesse contexto, está presente nas discriminações a seguir.

CATEGORIAS	NÃO INTEGRANTES DE PROJETOS AMBIENTAIS		NÃO INTEGRANTES DE PROJETOS AMBIENTAIS	
	Frequência	% DAS UCEs	Frequência	% DAS UCEs
I. Concepção do meio ambiente	30	23,8	67	31,9
II. Utilização do meio ambiente	8	6,34	14	6,66
III. Satisfação / Insatisfação com o meio ambiente	38	30,15	53	25,23
IV. Convivência no meio ambiente	33	26,19	55	26,19
V. Segurança a partir do meio ambiente	17	13,52	21	10,02
TOTAL	126	100	210	100

Tabela 1: Distribuição das categorias por respondentes, integrantes e não integrantes de projetos ambientais.

O destaque acima mostra, por frequência e Unidade de Contexto Elementar, a divisão interpretativa do conteúdo léxico-semântico obtido por meio da entrevista semi-dirigida aos comunitários de Fátima e Livramento.

As categorias foram divididas em 1) Concepção do meio ambiente (com um total de 97 UCEs); 2) Utilização do meio ambiente (totalizando 22 UCEs); 3) Satisfação/insatisfação com o meio ambiente (91 UCEs); 4) Convivência com o meio ambiente (totalizando 88 UCEs); e 5) Segurança a partir do meio ambiente (totalizando 38 UCEs). Algumas poucas unidades que surgiram não se encaixaram em nenhuma categoria, por isso não foram consideradas como unidades significativas, por não se relacionarem com nenhum conteúdo das falas.

Acerca da categoria 1, *Concepção do Meio Ambiente*, pôde-se inferir que foi a concepção de meio ambiente que ganhou significado a partir de uma elaboração a qual indica que a natureza é vista como uma “casa natural”, a abrigar e resguardar a todos, sendo esta pertencente a cada um dos atores sociais que, em seu senso comum, acredita ter a missão de zelar por sua morada, seja por meio de denúncias a órgãos competentes ou da conscientização social a parentes, vizinhos, amigos etc.

Sobre a categoria 2, *Utilização do Meio Ambiente*, a concepção de meio ambiente foi apreendida mediante a relação que os moradores possuem com o volume de recursos naturais que podem retirar da natureza. E a natureza, por seu turno, é vista como fornecedora de matéria-prima para consumo ou venda em ambientes urbanos. Foi notada relação de subjugo do meio ambiente em relação aos ruralistas, por conta da percepção de que a natureza existe para ser explorada.

Para a categoria 3, *Satisfação/Insatisfação com o Meio Ambiente*, a cobrança governamental que incide sobre eles em relação a suas práticas ecológicas não pôde ser diretamente justificada. Segundo as descrições notificadas, eles vivem em uma área pouco afortunada de infra-estrutura, o que dificulta fatores como educação, saúde e emprego, e isso teoricamente lhes dá o direito de criticar o governo quando este cobra dos ruralistas atitudes ecologicamente corretas. Assim, o cuidado com o meio ambiente tende a funcionar como “moeda de troca” para eles conseguirem sobreviver em meio à falta de assistência institucional.

Da categoria 4, *Convivência com o Meio Ambiente*, as falas ressaltaram o meio ambiente enquanto espaço a ser usufruído e defendido, apesar das dificuldades econômicas com as quais se convive diariamente em termos infra-estruturais. Nesse contexto, a exaltação ao meio foi um fator de afirmação enquanto identidade social — o que, em geral, pode gerar subsídios positivos e entendimento do espaço ambiental como ente que dialoga com a humanidade que o habita.

Sobre a categoria 5, *Segurança a Partir do Meio Ambiente*, observou-se a compreensão do meio ambiente enquanto espaço sem violência e que, por isso, os habitantes da região necessitam muito mais dele para viver do que de locais urbanos, os quais, segundo descrição manifesta das falas, são menos seguros que os espaços ambientais de áreas de florestas.

É importante sinalizar que do total avaliado das Unidades de Contexto Elementar (UCEs) 336 tiveram significado importante no processo de concretização das categorias, segundo descrição geral das representações sociais do meio ambiente por ruralistas integrantes e não integrantes de projetos ambientais em comunidades rurais de Manaus.

Registrou-se que foi mais forte a justificativa coletivista de que a natureza existe porque deve prover a sociedade em geral e não uma ou outra pessoa em particular. Quanto ao aspecto deles estarem satisfeitos ou insatisfeitos com o meio ambiente, foi observado, segundo as emersões avaliadas, a existência do entendimento de que o governo é o agente principal das zonas rurais de Fátima e Livramento. Essa noção retira a responsabilidade de cada um dos ruralistas por seu futuro e da natureza do entorno.

A concepção do meio ambiente enquanto moradia calma e segura foi ancorada muito mais por razões familiares e não por questões contingentes, segundo foi ressaltado de modo prioritário na subcategoria Opção por tranquilidade familiar (21 UCEs), dentro da categoria Segurança a partir do meio ambiente.

Essa proposição ganhou força, de acordo com os ruralistas, sobretudo a partir de ações públicas federais, continuadas ou não, que ocorreram em Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Livramento. Os exemplos mais citados foram o Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No quadro em seguida, notem-se os registros de emersões de Unidade de Contexto Elementar (Jantes descritos em Tabela 01), a partir das entrevistas e observações anotadas em diário de campo.

CLASSES E OU CAMPOS CONTEXTUAIS	PARTICIPANTES DA PESQUISA	
	RURALISTAS INTEGRANTES DE PROJETOS AMBIENTAIS	RURALISTAS NÃO INTEGRANTES DE PROJETOS AMBIENTAIS
I - Concepção do meio ambiente		
Informação	X	X
Atitude	X	X
Necessidade de Permanência	X	X
II - Utilização do meio ambiente		
Bonificação pessoal	X	X
Ação coletiva	X	X
III - Satisfação/Insatisfação com o meio ambiente		
Exclusão como produto histórico e contingente	X	X
Inclusão depende de ajuda governamental	X	X
Exclusão intelectual	X	X
Inclusão mediante sentimento de munto	X	X
IV - Convicência com o meio ambiente		
Ética e responsabilidade		
Lazer e ócio consciente	X	X
Proteção-cuidado	X	X
Envolvimento e participação ambiental	X	X
V - Segurança a partir do meio ambiente		
Fuga forçada da violência	X	X
Opção por tranquilidade familiar	X	X

Quadro 2 – Distribuição das categorias e subcategorias sobre meio ambiente por moradores da área rural de Manaus, integrantes e não integrantes de projetos ambientais

A subcategoria *Informação* foi a mais citada entre os integrantes de projetos ambientais (16%) e diz respeito às falas concernentes ao meio ambiente, no que tange à proposta de concepção do meio. Sobre as informações expressas, as emersões denotam que muito das concepções históricas e tradicionais arraigadas no seio popular subsidiam o entendimento do que, para os comunitários, vêm a ser o meio ambiente. Mas essa compreensão não significa necessariamente propostas de ação, o que pode

justificar a falta de interatividade prática entre as populações na tentativa de resolver seus problemas (DIEGUES, 1998). Quem perde, nesse contexto, é o meio ambiente, que deixa de sentir as medidas objetivas tão decantadas na teoria, mas não na prática

As falas da subcategoria *Atitude* foram citadas em 8,63% das respostas da população em geral. As emersões subsidiam o contraditório da idéia de que nem sempre o que se entende por preservação é pregado na prática como tal (ARAGONÉS & AMÉRIGO, 1991). Esta assertiva, portanto, permeia todo o conjunto de dados sociocognitivos arregimentados entre os participantes.

As citações dos comunitários advêm de suas práticas, segundo eles, de conservação ambiental. “... Preservar a natureza é não jogar lixo nas ruas, rios, igarapés. Não cortar árvores, não matar os animais da floresta. Enfim, é zelar pelo que é nosso” (Mulher adulta, ex-integrante de projeto ambiental). E ainda são afirmadas como autênticas as atividades em face ao meio ambiente. Assim, o que se apreendeu também foi que o sentido mental de meio ambiente está muito presente nas pessoas enquanto necessidade de auto-afirmação afetiva e da ação comportamental.

Sobre a subcategoria *Necessidade de Permanência*, nas falas de ruralistas integrantes de projetos ambientais, foi perceptível que a consciência ambiental é mais observável em moradores que não pretendem deixar a comunidade onde residem. Ao contrário, aqueles que têm planos de sair do local onde moram, tendem a se importar menos com a conservação da natureza. Pode ser um indicativo de que o tempo de residência dos ruralistas na comunidade remete a menores níveis de degradação.

Da subcategoria *Bonificação Pessoal*, a questão do aproveitamento da natureza para o subsídio alimentar e medicinal, além do simples acúmulo de capital das populações rurais, sempre foi uma constante. Na Amazônia, a proposta ainda é mais incidente (CASTELLO, 2005). É natural o corte de árvores, o aproveitamento de partes de peixes, de plantas e/ou sementes para a alimentação de doentes e/ou o preparo de emplastos curativos.

Todavia, a subcategoria indica se essa utilização do meio ambiente tende a ser para uso próprio ou ele é embasado a partir de questões de sustentabilidade. Essa dualidade é de grande valia, pois ela pode decidir a sobrevivência ou o começo do processo de extinção de determinada espécie da fauna ou flora amazônica. A bonificação pessoal, nesse contexto, agrupa as posições individualistas no processo de escolha entre a exploração racional ou irracional dos recursos.

Na subcategoria *Ação Coletiva* destacam-se as propostas coletivistas de uso da natureza apontadas a partir dos significados do meio ambiente por populações integrantes de projetos ambientais. Elas compreendem a natureza pelo viés do dever social de preservação, apesar de afirmarem que o homem necessita explorar para viver. O sentido sociocognitivo do meio ambiente constitui-se como uma fonte provedora de vida (alimentos e abrigo) aos coletivos, e não apenas como um local gerador de víveres aos indivíduos, a partir de fontes selvagens e pouco amigáveis, oferecendo inóspitas condições de vida e sendo um lugar-de-ninguém. “... Eu me vejo no meio ambiente como voluntário protegido e colaborador nas atividades do local em que moro” (Homem jovem, não integrante de projeto ambiental).

Evidenciaram-se, nas falas agrupadas na subcategoria *Exclusão como Produto Histórico e Contundente*, que os afetos permeiam toda uma situação de determinismo histórico e isso faz com que eles sejam ancorados aos indivíduos a partir da relação dos coletivos com seu cotidiano. O que se pôde perceber ainda foi que a dimensão sócio-afetiva da subcategoria é justificada e emerge, principalmente, pela necessidade de ajuda de si e do outro na relação consigo e com o mundo. Assim, existe uma postura de negação em relação ao meio ambiente, a qual é atribuída, em seus cânones, simplesmente ao acaso histórico. “Sempre temos dificuldade em se locomover daqui para a cidade. Me sinto excluído porque tem vários municípios que são longe de Manaus e têm vários tipos de benefício e o nosso não tem nada” (Homem adulto, não integrante de projeto ambiental).

Da mesma maneira, quanto à subcategoria *Inclusão Depende de Ajuda Governamental*, a informação obtida por meio das emersões dessa subcategoria, sobre o meio ambiente, é moldada a partir das leis ambientais, sobretudo a partir do “pode” e do “não pode” legalista que os inúmeros códigos ambientais vigentes nas áreas estadual, municipal e federal delimitam. Os afetos, por sua vez, acompanham esse indicativo de lei e ajudam a moldar a compreensão do meio ambiente a partir do cenário dicotômico do “falso” e “verdadeiro”, resguardado em tópicos legalistas de igual forma. Isso fomenta a questão da dependência governamental.

Sobre a subcategoria *Exclusão Intelectual*, as informações acerca do meio ambiente deixam claro que existe um sentimento de cidadania ambiental entre o grupo: os saberes apontam para um trato consciente ante o meio ambiente. “Um ponto positivo é que estamos tendo a consciência que nós, unidos e organizados,

conquistamos os espaços que precisamos” (Homem idoso, ex-integrante de projeto ambiental).

As falas ressaltam com fidedignidade os processos psicossociais que subsidiam essa afirmativa, quando apontam para o fato da existência de relações entre estudo, trabalho e conhecimento — perpassados pelo entendimento do meio ambiente como dádiva natural a ser usufruída e não usurpada, com sabedoria e conhecimento acadêmico.

Acerca da subcategoria *Inclusão Mediante Sentimento de Mundo*, a informação sociocognitiva sobre o meio ambiente agrega pressupostos abstratos que se interpõem: tais como o sentimento de mundo calmo e tranqüilo, que dá margem a um ritmo de vida jamais obtido no meio urbano; e o sentimento de discernimento entre uma vida boa e uma vida má, em termos de qualidade de saúde e longevidade. “Me vejo no meio ambiente como alguém em paz com minha consciência. Não me sinto excluído por morar aqui. Morar aqui é descansar a mente” (Homem adulto, não integrante de projeto ambiental).

A informação sobre a subcategoria *Ética e Responsabilidade* indica que o meio ambiente remete a uma situação de pressuposto ancorado na dimensão espaço-temporal. “Por que os ruralistas têm de sair de suas casas para poderem ser felizes? Por que eles não podem se desenvolver fixando residência onde já estão situados?”. Foram perguntas como estas que circundaram a concepção dos ruralistas integrantes dessa subcategoria. “E assim, como monitor da área de monitoramento ambiental, eu aprendi a me relacionar com a floresta e o meio ambiente e, por isso, me sinto bem” (Homem idoso, ex-integrante de projeto ambiental). Os afetos também seguem esta mesma linha de raciocínio. Os entrevistados se consideram defensores do meio ambiente e não querem deixar mudar seu modo de viver naquele espaço geográfico, onde residem não pelo simples fato do governo ter planejado implementar luz elétrica ou estradas na região, mas sim por terem escolhido ficar no local devido a concepções pessoais.

A cidadania frente ao meio ambiente é vertente ligada ao sentimento de liberdade, lazer ou desfrute com consciência da vida em meio à natureza. As emersões que sustentam essa proposta são agrupadas na subcategoria *Lazer e Ócio Criativo*. Com informações que apontam para uma dimensão espaço-temporal de meio ambiente, essa subcategoria sugere que as concepções de meio ambiente se situam no âmbito prático. A práxis, no caso, é relacionada a momentos de folga ou não-

trabalho dos indivíduos. Portanto, para pensar e agir em face ao meio ambiente são necessários momentos de ócio ou não-atividade produtiva, seja ela familiar ou agrícola. Por isso, expressou-se essa subcategoria por meio de tal conceito.

A subcategoria *Proteção/Cuidado*, que reúne afetos e comportamentos em favor do meio ambiente, mostra um comportamento/sentimento concreto em termos de ação. Ela foi importante porque ressaltou que a imagem formada a partir dos pressupostos que compõem a categoria é bastante ecológica, por assim dizer. O cuidado com a floresta foi justificado também por uma situação espaço-temporal, pois sem os provedores — a mata e os rios — ficaria difícil continuar vivendo em meio à natureza.

O sentido sociocognitivo que emerge da representação social de meio ambiente a partir da subcategoria *Envolvimento e Participação Ambiental* foi ancorado no envolvimento e participação ambiental, além de ser permeado pelo movimento de cidadania ambiental, mesmo sendo este inconsciente ou estritamente contingente (ou seja, necessário de momento para não haver perda de alimentos fornecidos pela mata e pelos rios, por exemplo). “O projeto ‘Água e Cidadania’ já discuti isso muitas vezes. Minha esposa, que é monitora do projeto, me fala tudo, então somos cidadãos e temos direitos assim como deveres” (Homem adulto, não integrante de projeto ambiental).

Uma ruptura de vida foi o que deu base para que as informações fossem referenciadas a partir da subcategoria *Fuga Forçada da Violência*. A violência, nesse caso, foi o que animou os respondentes a conceber o meio ambiente, denominado como um lugar calmo, sem roubos, assaltos ou coisas do tipo. Portanto, pôde-se enaltecer que os afetos vieram na mesma direção. Eles remontaram a situações negativas e marcantes, mas que não contribuíram coletivamente para fomentar um sentimento de proteção à natureza.

Por fim, a subcategoria *Opção por Tranquilidade Familiar* remeteu a implicações objetivas, as quais indicaram que a busca pelo meio ambiente como moradia foi ancorada muito mais por razões familiares e não impelida por questões contingentes, nas quais pais ou mães de família almejam retirar do meio urbano seus filhos ou entes queridos.

Conclusão

De uma forma geral, houve um equilíbrio entre as respostas dos ruralistas de Fátima e Livramento, fosse dos integrantes ou dos não integrantes de projetos ambientais.

Isso porque, no quantitativo, não se notaram disparidades essenciais entre os respondentes, no que tangeu diretamente a emersões e não-emersões individuais.

Por outro lado, a partir de uma análise de viés qualitativo e inferencial, pormenores referentes ao comparativo por itens biodemográficos mostraram que a leitura dos participantes foi diferenciada acerca do meio ambiente e que existem avaliações tanto correlatas quanto diacrônicas, no nível das representações sociais. E isso foi o que se buscou mensurar a partir das emersões de conteúdo sobre meio ambiente. Nesse intento, foi possível fazer inferências no que diz respeito a:

- a) O pensamento sobre meio ambiente, em geral, é positivo nas duas localidades onde foi feito o levantamento. Os moradores das comunidades rurais ribeirinhas de Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Livramento, em Manaus, entendem a seu modo que a questão da preservação é útil a eles. Porém, uma importante ressalva deve ser realizada. A mesma se remete à mudança social causada pela necessidade de reestruturação dos meios de produção dos pequenos e médios produtores amazônidas residentes em áreas rurais, implementadas pelo governo federal a partir do período da ditadura militar dos anos 60 e que culminaram no surgimento de uma posição dicotômica das populações com o seu trabalho, levando em consideração principalmente o meio ambiente. Essa discrepância entre o antigo posicionamento, construído naturalmente de modo psico-sócio-histórico sob a cultura da subsistência familiar ou grupal, e o novo estado de representações, então imposto por uma precisão da sociedade de consumo, tende a obrigar aos médios e pequenos investidores em produção das comunidades rurais rodoviárias a se questionarem acerca do seu potencial produtivo a partir do que provém para eles o meio ambiente. Assim, inquirições como “quais seriam os produtos que agora deveria ser produzidos?”, “como a relação com o Estado poderia ajudar a fomentar a produção?” e “o que fazer para sustentar a produtividade?” foram assimiladas como ponto pacífico da polêmica para a continuidade da produtividade em lugar de uma cultura de subsistência.

- b) Os espaços rurais puderam ser compreendidos enquanto ambientes onde conjunturas reais de práticas e relações sociocomunitárias — delineadoras de mudanças no desenvolvimento psicossocial de populações — fomentam e formam as representações sociais do próprio meio ambiente.

Nesse contexto, o ambiente rural foi passível de ser enfatizado pelos participantes da pesquisa como formador da trama social que hoje une e atravessa os indivíduos, os quais, por meio de suas práticas, mantêm o próprio meio ativo e pulsante, formando coletivos que se intercomunicam a partir de processos articulados. De tal maneira, pela comunicabilidade dos entes sociais, observaram-se formações de termos e normas de conduta no ambiente rural, os quais podem ser tácitos ou explícitos, dependendo da articulação entre a ação histórica das pessoas que formam o coletivo.

Conclui-se que as práticas de preservação ambiental não correspondem exatamente aos significados atribuídos pela ciência ao meio ambiente, o que tende a dificultar projetos ou programas socioambientais que visem desenvolver conceitos e práticas ecológicas sobre o tema. Nota-se, da mesma forma, que avanços importantes no sentido de aliar o saber científico à prática do senso comum vêm sendo realizados nas comunidades, haja vista o exemplo do projeto “Água e Cidadania”, da Petrobrás, que auxiliou na modificação das atitudes frente ao meio ambiente.

Referências

- ALBUQUERQUE, F. J. B. de. (2002). *Psicologia social e formas de vida rural no Brasil*. Psic.: Teor. e Pesq., jan./abr., vol.18, nº.1, p.37-42. ISSN 0102-3772.
- ABRIC, J. C. (1994). *A organização das representações sociais: sistema central e sistema periférico*. Trad. Angela M. O de Almeida, com a colaboração de Adriana Gionani e Diana Lúcia Moura Pinho. Do original: J. C. Abric. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: C. H. Guimelli. Structures et transformations des représentations sociales. Lausanne: Delachaux et Niestlé. p. 73-84, 1994.
- ARAGONÉS, Juan Inacio & AMÉRIGO, Maria. (1991). Um estudo empírico sobre las actitudes ambientales. *Revista de Psicología Social*, 6, 223-240.
- CASTELLO, Lineu. (2005). Psicologia Ambiental e Política Ambiental: estratégias para a construção do futuro. *Psicol. USP*. São Paulo, v. 16, n. 1-2. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

- 65642005000100024&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 1 de agosto de 2006.
- CASTRO, P. (2003). Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais. *Estud. psicol.* (Natal), Ago, vol.8, nº 2, p.263-271. ISSN 1413-294X.
- CATÃO, M. F. M. (2001). *Projeto de vida em construção: na exclusão/inserção social*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- DIEGUES, A. C. (1998). *O mito moderno da natureza intocada*. 2 ed. São Paulo, Hucitec.
- DOISE, W. (1990). *Les représentations sociales*. In Lacerda, M., Pereira, C., Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez 2006. doi:10.1590/S0102-79722002000100018.
- JODELET, D. (1985). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In MOSCOVICI, S. *Psicología social*. Buenos Aires: Paidós.
- NEVES, P. S. da C. (2002). Direitos humanos e cidadania simbólica no Brasil. In LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI*. Uma abordagem interdisciplinar, Brasília, Brasília Jurídica.
- REIGOTA, M. (1994). *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).
- Somanlu*: Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA da Ufam/AM, Edua/Capes. Ano 5, nº 1, jan./jun. 2005, p.129-143 p. 81-93.
- REIGOTA, M. (2001). *Meio Ambiente e representações sociais*. 4 ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época).
- RODRIGUES, RA. (2006). As representações sociais do conceito de ambientalismo ou preservação ambiental: os casos de Fátima e Livramento. *Somanlu*. Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA da Ufam/AM, Edua/Capes. Ano 5, nº 1, jan./jun. 2005, p. 81-93.
- SOCZKA, L. (1993). Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In VALA & MONTEIRO (Orgs.). *Psicologia social* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 385-410.
- VALA, J. (1986). Análise de conteúdo. In SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Orgs). *Metodologia em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.